

## Aulas no Colégio de Aplicação da UFRJ são adiadas para 23 de fevereiro

Motivo: não há banheiros em condições para atender os 700 alunos da unidade. **Página 4**



**Salas ficarão** vazias no CAp-UFRJ por mais duas semanas

[www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)

**AduFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

**35**  
anos

Andes-SN - Ano XIII nº 875 - 9 de fevereiro de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

## Últimos ajustes

Assembleia da Adufrj-SSind finaliza preparativos para o 34º Congresso do Andes-SN, de 23 a 28 de fevereiro. Delegação da UFRJ já está definida.

**Página 3**

## CAMPANHA SALARIAL 2015

# Lançamento será no dia 25

Mais de 350 representantes das diversas categorias do funcionalismo público demonstraram unidade durante reunião, no último dia 1º, que definiu as reivindicações gerais ao governo para este ano. O lançamento da

Campanha Salarial acontece em 25 de fevereiro, em Brasília (DF). Direito de negociação coletiva, paridade salarial entre ativos e aposentados e data-base em 1º de maio são alguns dos pleitos dos servidores. **Página 2**

Fotos: Renata Maffezoli/Andes-SN



**Presidente do Andes-SN**, Paulo Rizzo (à esq.) foi um dos representantes dos professores na concorrida reunião dos SPF (acima)

## UFRJ

Alunos transgêneros poderão usar nome social

**Página 4**

## PAINEL ADUFRJ

Onda anti-neoliberal tem início na Europa

**Página 7**



## ENTREVISTA

Ex-decana do CCJE, Maria Lucia Werneck Vianna (foto) conta um pouco de sua experiência à frente do Centro.

**Página 6**

## PRIVATIZAÇÃO

Saúde Pública sofre novos ataques do governo e do Congresso

**Página 8**

## SEGUNDA PÁGINA

# SPF definem eixos de lutas para 2015

Reajuste linear e paridade entre ativos e aposentados são algumas das reivindicações

## Calendário de mobilização já está organizado até abril

Por aclamação, os mais de 350 representantes de diversas categorias dos servidores públicos federais aprovaram, em 1º de fevereiro, os eixos da campanha unificada para 2015 e agenda de mobilização para este primeiro período. Os pontos da pauta de reivindicação, as campanhas e o cronograma de lutas foram apresentados no segundo dia da Reunião Ampliada dos SPF, organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais, em Brasília (DF).

Entre os vinte eixos consensuais (que poderão ser consultados em [www.adufjr.org.br](http://www.adufjr.org.br)), estão: a reivindicação de reajuste linear de 27,3%, política salarial permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, data-base em 1º de maio, direito de negociação coletiva, conforme previsto na Convenção 151 (da Organização Internacional do Trabalho) e paridade salarial entre ativos e aposentados.

“A reunião ampliada foi extremamente positiva porque conseguiu uma unidade muito grande do conjunto das entidades nacionais que compõem o Fórum dos SPF, respeitando a diversidade das categorias. Os participantes tiveram a maturidade e a capacidade de definir aquilo que é comum em termos de reivindicações dos servidores públicos”, avalia Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

Rizzo explica que, nos próximos meses, os sindicatos de servidores federais (entre eles, o Andes-SN, através de suas Seções Sindicais) estarão envolvidos na articulação dos fóruns nos estados, para preparar o debate e a mobilização na base. “Vamos ter o ato de lançamento da campanha dia 25 de fevereiro, que coincide com o 34º Congresso do Andes-SN, em Brasília. Para nós, será ex-



Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do Andes-SN, também representou os professores na reunião

## Calendário de lutas

25 de fevereiro	Março	6 de março	7 a 9 de abril
Dia Nacional de Lutas, com assembleias, atos e paralisações nos estados e ato nacional em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento.	todas as categorias discutirão, na base, o indicativo de greve do funcionalismo federal.	Ato nacional no Rio de Janeiro, e nos demais estados, contra a privatização do SUS e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)	uma jornada nacional de lutas, com nova reunião para avaliar os primeiros meses da campanha

tremamente importante, porque todos os delegados e participantes do congresso poderão participar do ato de lançamento da Campanha Salarial”, ressalta.

Além do lançamento da campanha, foi definido um calendário de mobilização até abril, quando os servidores se reunirão novamente na capital federal para avaliar a mobilização e o desenvolvimento da campanha unificada.

O presidente do Andes-SN destaca que no mês de março todas as categorias discutirão, na base, o indicativo de greve do funcionalismo federal. “Caso não tenhamos um processo de negociação com o governo e caso sejam mantidas as políticas de cortes e arrocho, não está descartada a possibilidade de uma greve”, afirma.

O diretor do Sindicato Nacional lembra ainda que na

agenda de lutas, definida na Reunião Ampliada, está o ato nacional no Rio de Janeiro, e nos estados, no dia 6 de março, contra a privatização do SUS e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e nos dias 7 a 9 de abril, uma jornada nacional de lutas, com nova reunião para avaliar os primeiros meses da campanha. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

## Carta foi entregue aos parlamentares

Representantes das entidades que compõem o Fórum dos Servidores Públicos Federais foram ao Congresso Nacional no último dia 2 para entregar uma carta aos parlamentares. O documento reivindica a retirada de pauta, do Senado e da Câmara, de projetos de lei e medidas provisórias que atacam os direitos dos trabalhadores e precarizam os serviços públicos.

“Neste ato, estamos chamando a atenção dos deputados para o conjunto de projetos de lei que tramitam na Câmara Federal, que retiram direitos sociais, para que eles sejam arquivados. Destacamos também os projetos de interesse dos trabalhadores como, por exemplo, a regulamentação da Convenção 151 da OIT, para que haja negociação coletiva dos servidores, o PL 3.299/08 que extingue o fator previdenciário, a aprovação da PEC 555, que acaba com a injusta cobrança de contribuição dos servidores aposentados”, explicou Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN. Ele ressaltou, ainda, a preocupação das entidades com o projeto que discute o direito de greve e busca impedir a organização dos trabalhadores no serviço público, além do PL 4.330, das terceirizações. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

## AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do *campus* Macaé. A versão *online* pode ser lida no *site* [www.adufjr.org.br](http://www.adufjr.org.br). Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para [secretaria@adufjr.org.br](mailto:secretaria@adufjr.org.br).

## Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem até 11 de fevereiro para utilização em 10 de março de 2015.

## Tabela

A tabela, com o reajuste anual da operadora, pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro de 2015.

## Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 97686-6793, 99411-0361 ou pelo *email*: [convenio.unimed@adufjr.org.br](mailto:convenio.unimed@adufjr.org.br).

## SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

**Diretoria da Adufrj-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: [adufjr@adufjr.org.br](mailto:adufjr@adufjr.org.br) e [secretaria@adufjr.org.br](mailto:secretaria@adufjr.org.br) Redação: [comunica@adufjr.org.br](mailto:comunica@adufjr.org.br) Cadernos Adufrj: [revista@adufjr.org.br](mailto:revista@adufjr.org.br) Diretoria: [diretoria@adufjr.org.br](mailto:diretoria@adufjr.org.br) Conselho de Representantes: [conselho@adufjr.org.br](mailto:conselho@adufjr.org.br) Página eletrônica: <http://www.adufjr.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

## MOVIMENTO DOCENTE

# 34º Congresso é logo ali

Primeira assembleia do ano ajustou participação da Adufrj-SSind no fórum máximo de deliberação da categoria

**Evento do Sindicato Nacional ocorre de 23 a 28 de fevereiro**

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

A Assembleia Geral da Adufrj-SSind fez os últimos preparativos de olho no 34º Congresso do Andes-SN, que acontece de 23 a 28 de fevereiro em Brasília (DF). Na reunião do dia 4 de fevereiro, no Instituto de Psicologia, os professores da UFRJ apresentaram algumas sugestões de alteração no Caderno de Textos – documento que guia o trabalho dos representantes docentes durante o fórum nacional de deliberação da categoria.

Na pauta específica do Setor das Federais do Andes-SN, a avaliação dos professores filiados à Adufrj-SSind é que os eixos centrais de luta para 2015 devem contemplar, além do projeto de carreira única do Sindicato Nacional e condições de trabalho, a defesa do caráter público da Educação e a garantia da função social da Universidade como formadora da classe trabalhadora.

Nos textos que tratam da previdência, a AG sublinhou a necessidade de unificar a luta dos docentes contra a Funpresp (fundação privada de previdência complementar imposta pelo governo aos servidores), atualizar os materiais e fazer campanha maciça sobre as desvantagens do fundo. Inclusive na recepção de novos professores, ponto constante da pauta específica do Setor. “É cada vez mais preocupante ver a forma como os novos professores estão sendo assediados para aderirem ao fundo. Estamos orientando que eles não cedam às pressões, que não assinem, mas precisamos fazer mais”, defendeu Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind.

A luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers) permanece na ordem



Na assembleia realizada no Instituto de Psicologia, no último dia 4, também foi definida a delegação ao 34º Congresso

do dia. As pressões do governo sobre as universidades e a convivência de muitos reitores têm feito o projeto avançar pelo país de forma antidemocrática. O que significa também o avanço da mercantilização do ensino em saúde, com metas irreais, pacientes tratados como números e formação aligeirada e deficiente dos estudantes. A AG sugeriu a ampliação da articulação do Sindicato Nacional com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, além da divulgação de levantamentos e análises sobre a situação nas IFES que possuem Hospitais Universitários (no calendário aprovado pelos SPF – leia mais na página 2 –, o dia 6 de março será um dia de luta contra a EBSERH).

### Direitos retirados

Ainda no âmbito dos direitos previdenciários, o professor Elídio Alexandre Borges Marques (NEPP-DH) sugeriu que fossem acrescentadas como indicações da AG alterações que expressassem a gravidade da retirada de direitos dos trabalhadores. “No fim de 2014, assistimos a uma das maiores contrarreformas da Previdência. Agora, boa parte dos companheiros e companheiras de professores não terá mais

direito à pensão integral, mas a 50% do seu valor. Além disso, a ‘carência’ passou de 18 para 24 contribuições mensais do trabalhador”, destacou o professor.

Neste sentido, a AG indicou a luta pela derrubada das Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014, ambas assinadas em 30 de dezembro do ano passado. A primeira altera leis para o recebimento de pensão por morte e auxílio-doença, amplia o prazo mínimo para recebimento dos benefícios, reduz para 50% o valor da pensão, além de diminuir o tempo de recebimento da pensão, de acordo com a expectativa de vida do cônjuge. A segunda MP altera regras do seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

### Território

A AG também se debruçou sobre o TR que trata de questões agrárias, urbanas e ambientais. Os professores sugeriram modificações no texto que possibilitem articulações com movimentos urbanos e rurais contra a militarização dos territórios. A luta pela reforma agrária e urbana também foi sublinhada, reforçando o papel da educação pública na sua construção.

No tema Ciência e Tecnologia, houve sugestões pontuais para que sejam aprofundados os entendimentos sobre a Lei de Inovação e a atuação da EM-BRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).

### Delegação

A Assembleia Geral aprovou os nomes dos delegados e observadores que participarão do 34º Congresso do Andes-SN: indicado pela diretoria, o professor Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical, é o primeiro delegado. Além dele, como representantes da categoria, estão: Vera Salim (Coppe), Luciana Boiteux (FND), Luciano Coutinho (FACC), Cleusa Santos (ESS), Salatiel Menezes (aposentado do Instituto de Biofísica), Renata Flores (CAp), Elídio Alexandre Borges Marques (NEPP-DH), Cristina Miranda (CAp), Maria Malta (IE), Roberto Leher (FE), Mariana Trotta (FND), Regina Pugliese (aposentada do CAp). Como observadores, foram aprovados os nomes do professor Eduardo Serra (Politécnica) – também votado como 1º suplente; Fátima Siliansky (IESC) – cujo nome foi aprovado em assembleia como 2º suplente; e Janete Luzia Leite (ESS).

### Encontro Pré-Congresso no dia 11

No próximo dia 11, haverá um Encontro Pré-Congresso da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. A atividade vai acontecer na sede da Adufrj-SSind, em Niterói, a partir das 10h30. Entre as principais tarefas, está a análise da conjuntura e dos Textos de Resolução (TR) apresentados pelas Seções Sindicais do estado. A Adufrj-SSind fica na Rua Lara Vilela, 110, em São Domingos.

### Anexo divulgado

Foi divulgado, também no dia 4 de fevereiro, o Anexo ao Caderno de Textos do 34º Congresso do Andes-SN. O documento pode ser acessado na página eletrônica do Sindicato Nacional: www.andes.org.br. O tema central deste congresso é: “Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”. Durante o Congresso, será lançada a Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais de 2015.

## Liberdade para todos os presos políticos

Representantes da Comissão de Pais e Familiares dos Presos Políticos estiveram presentes à Assembleia da Adufrj-SSind. São familiares dos 23 militantes indiciados em decorrência da participação nas manifestações ocorridas desde meados de 2013. A AG aprovou uma moção que será encaminhada à Comissão de Pais e também ao 34º Congresso do Andes-SN.

A Seção Sindical, que tem acompanhado o caso de perto e participa de atos e articulações contra a criminalização destes militantes desde 2014, sensibiliza-se com a luta dos pais. Luta que reflete a atuação em defesa da democracia, pelas liberdades individuais e pelo direito à livre manifestação.

No dia 5 de fevereiro, ocorreu a sexta audiência de instru-

ção e julgamento do processo dos jovens. Foram ouvidas testemunhas de defesa. Dos 23 réus do processo, 20 foram à sede do Tribunal de Justiça. Não participaram da audiência Fábio Raposo (dispensado pela Defensoria Pública), Elisa Quadros e Karlayne Pinheiro, consideradas foragidas. A próxima audiência está prevista para o dia 12 de fevereiro e, segundo informou uma das

mães do movimento, deverá contar com a presença do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL).

### Outro caso também merece atenção

Outro jovem, Rafael Braga, de 25 anos, negro e morador de rua, foi preso por portar uma garrafa de Pinho Sol em junho de 2013. Ele foi preso e condenado pelo porte de “ar-

tifatos explosivos ou incendiários”. Além da garrafa do desinfetante, Rafael carregava uma garrafa de água sanitária. O jovem é, até o momento, o único preso no Brasil por participar de manifestações políticas. Ele segue em Bangu 5, enquanto aguarda a tentativa de reversão da pena. Sua defesa, atualmente, é feita pelo Instituto de Defensores de Direitos Humanos.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

# Aulas adiadas no CAp-UFRJ

Diferentemente do que apontava o Plano Diretor da universidade, o colégio segue com problemas de infraestrutura: sem banheiros para atender 700 alunos, primeiro semestre letivo só começa em 23 de fevereiro

**Longa “novela” da climatização da escola está perto do fim**

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

Com previsão de início neste dia 9, as aulas no Colégio de Aplicação da UFRJ só voltam em 23 de fevereiro. Depois do carnaval, portanto. O motivo foi o atraso na reforma do banheiro coletivo do primeiro andar, que deveria ter ficado pronto em 2 de fevereiro — o novo prazo de conclusão é justamente este dia 9 ou, mais tardar, dia 10. A decisão de adiar o começo do ano letivo foi tomada pelo Conselho Pedagógico da escola.

A diretora do CAp-UFRJ, Maria Luiza da Rocha, explica que, atualmente, a instalação é a única capaz de atender os estudantes: “Durante o recesso, usamos o banheiro da sala dos professores. Mas é uma estrutura pequena, que não comportaria toda a escola. Estamos falando de quase 700 estudantes. Seria inviável”.

O outro banheiro coletivo, localizado no segundo pavimento, “muito mais antigo”, segue interditado. De acordo com a dirigente, a recuperação deste local ficou para as férias de julho. Em ambos os casos, as obras são de grande porte, com recuperação da parte hidráulica, instalação de azulejos, divisórias e chuveiros. O módulo mais antigo necessita ainda de aparelhos sanitários que atendam crianças com necessidades especiais.

**Climatização quase lá, após dois anos**

De acordo com a dirigente, a climatização é outra questão importante. Apenas algumas salas dispunham de ar-condicionado, nenhuma delas voltada para aulas. Os estudantes e pro-



**Salas do colégio** continuarão vazias até depois do carnaval para conclusão das obras de um dos banheiros coletivos

fessores contavam apenas com ventiladores nas classes. “Depois de dois anos de luta”, relata Maria Luiza, este processo “se aproxima de ser concluído”.

A compra de um novo gerador parece ter sido o capítulo final da longa novela. Segundo a diretora, o equipamento só chegou à escola em 6 de fevereiro. Portanto, não a tempo de atender os alunos no prazo original de início das aulas. Com a postergação do primeiro semestre letivo, a diretora diz ter a expectativa de que, junto das obras do banheiro, a pendência esteja resolvida para o recomeço das aulas.

Os aparelhos, adquiridos em 2012, aguardaram até o fim do mesmo ano pela constituição de uma rede baseada no fornecimento de energia de um gerador. E apenas um ano depois, em dezembro de 2013, foram instalados. Foi quando se descobriu que o gerador disponível havia estragado. Maria Luiza conta que a decisão de montar uma segunda rede elétrica, além da já existente, baseada no fornecimento de gerador, foi da Prefeitura Universitária. “Foi o que se optou à época, imagino que pensando em agilizar o processo, o que, de fato, não aconteceu”.



■ UFRJ

## Alunos transgêneros poderão usar nome social

Estudantes transgêneros, travestis e transexuais vão poder usar o nome social em registros acadêmicos da UFRJ. Nome social é aquele adotado pela pessoa conforme sua identidade de gênero — e que não necessariamente coincide com as

características biológicas de nascença.

A orientação, aprovada no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) no fim do ano passado, será publicada no boletim interno da universidade no dia 12 e autoriza que o nome indicado pelo aluno seja aceito

em diários de classe, listagens de presença, colação de grau, monografia, e no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Ficam de fora os documentos considerados oficiais pela universidade, como diplomas, certificados e boletins.

**Para servidores, desde 2013**

Para servidores, o direito de travestis e transexuais optarem pela utilização de seu nome social como identidade funcional, no contracheque e em todos os atos e procedimentos administrativos da universidade, existe desde a publicação de ato do Pró-Rei-

tor de Pessoal, Roberto Gambine, em setembro de 2013 (Orientação Normativa nº 9722).

A medida foi um desdobramento das discussões do seminário “Identidade e Gênero: uma questão da UFRJ”, ocorrido entre 20 a 23 de maio daquele ano no campus da Ilha do Fundão.

## CRISE ENERGÉTICA

# Motivo não foi a estiagem

Debate realizado na Coppe, em 2 de fevereiro, expõe os reais problemas do sistema hidrelétrico

**Professor Pinguelli pede racionamento já ao governo**

**Samantha Su**  
Estagiária e Redação

Não adianta os governantes jogarem a culpa para São Pedro. O sistema hidrelétrico brasileiro possui problemas estruturais graves. E a recente ausência de chuvas nos reservatórios apenas explicitou as más escolhas administrativas no setor. Esta foi a conclusão do debate “A crise hídrica e a geração de energia elétrica” realizado pela Coppe, em 2 de fevereiro.

Segundo um dos palestrantes, o presidente da empresa de consultoria em eletricidade e gás natural PSR, Mario Veiga, um dos grandes entraves é a capacidade de armazenamento dos reservatórios, que funciona aquém do esperado. De acordo com ele, o sistema deveria enfrentar até 67% abaixo da média histórica das chuvas (o pior cenário, registrado em 1953). O detalhe é que o triênio 2012/2014 ficou pouco abaixo da média, pois o ano de 2012 foi o de maior armazenamento da história (75% da capacidade dos reservatórios).

Outro “gargalo” é que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) lida com uma expectativa não compatível com o sistema real: “A realidade está descolada do modelo. As restrições de transmissão na vida real são

bem piores que as apresentadas no modelo”, afirmou Veiga.

O engenheiro Roberto D’Araújo, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético – Ilumina, também isentou a falta de chuvas pela crise: “Ninguém quer negar as mudanças climáticas, mas o problema não é novo. Ou a gente trabalha com as estiagens ou vamos estar sujeitos a isso”. Outra sugestão do engenheiro foi o incentivo governamental à utilização de lâmpadas do tipo LED, que gastam menos energia e aquecem pouco.

Contudo, a redução do consumo de energia pela população não vai resolver a crise no setor, alertou o especialista. A grande indústria é o setor que mais exige consumo de energia elétrica. E mesmo num cenário de baixa atividade econômica, de acordo com o Instituto Ilumina, o setor deve gastar mais R\$ 20 bilhões com eletricidade até 2018, o equivalente a 47% a mais do custo atual.

**Tarefa é equilibrar o fornecimento de água**

O professor Paulo Canedo, do Laboratório de Hidrologia da Coppe, lembrou que é tarefa do governo equilibrar o fornecimento de água: “As empresas de saneamento declaram perdas de 33%, e essa perda é autodeclarada. O gasto de água per capita no Rio de Janeiro é de 654 litros por dia, quando o consumo estimado é de 250 litros. Ou seja, não tenho provas disso, mas estimo que as perdas possam ser superiores a 50% na distribuição”, declarou.



Para além da falta de chuvas, má administração foi decisiva para esvaziar reservatórios em todo o país, como este, da Cantareira, em São Paulo

## Racionamento é urgente, defende diretor da Coppe

Diretor da Coppe e mediador do debate do dia 2, Luiz Pinguelli acredita que racionamento de energia é a alternativa emergencial. O diretor enviou uma carta ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, baseada no estudo do engenheiro Roberto D’Araújo: “O cálculo da carga pela capacidade em que o sistema está operando nos diz que os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste só têm água armazenada suficiente para apenas um mês de energia. Deviam ter sido poupadas anteriormente, mas não foram bem operadas”, disse.

Pinguelli afirmou que a situação, apesar de severa,

não é inédita. Desde 2009, a má operação no setor já era sinalizada. O nível de água das hidrelétricas chega a ser pior do que o enfrentado em 2001, quando houve um racionamento. Apenas as termoeletricas têm minimizado os riscos de apagões e funcionam constantemente desde outubro de 2012.

**Fontes alternativas**

Além disso, a complementaridade da matriz energética com fontes alternativas também foi abordada durante o debate. Segundo Pinguelli, a energia eólica, por exemplo, é subutilizada no Brasil. Já a energia solar precisaria de um incentivo maior ao investimento. Em-

bora o custo de implementação ainda seja um problema, valeria a pena na comparação com o repasse atual do pagamento às distribuidoras nas contas de luz, no ponto de vista do diretor.

Para D’Araújo, a política de taxação do setor precisa ser revista: “Para tehlados com placas solares, o preço no Brasil é proibitivo. As placas pagam imposto, e ao se produzir a energia sem utilizar, o cidadão fica com saldo na Light, mas ao consumi-la de volta, paga ICMS. É um negócio inacreditável. É como se você produzisse tomate no seu jardim e, na hora de consumir, tivesse que pagar ICMS”, comenta.



**Roberto d’Araújo** (Ilumina); **Pedro Dias** (USP); **Paulo Canedo** (Laboratório de Hidrologia da Coppe); **Luiz Pinguelli** (diretor da Coppe), **Mário Veiga** (PSR)

# ENTREVISTA/MARIA LUCIA WERNECK VIANNA

Silvana Sá - 04/11/2014

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, professora aposentada da UFRJ, foi decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) de 2010 a 2014. Em entrevista ao **Jornal da Adufrj**, a docente contou um pouco de sua experiência à frente do centro e comentou alguns temas, como os cursos multiunidades e a ida da decania para o Fundão.



## Integrar é fortalecer

Ex-decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), professora destaca a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão

### Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

#### Cursos multiunidades e Reuni

O CCJE possui três cursos multiunidades: Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), Relações Internacionais (RI) e Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI). Este último, de acordo com a ex-decana, foi o mais difícil de ser levado adiante. Ela explicou que o DGEI tinha 90% da composição de seu quadro docente oriundo do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI), um órgão suplementar do CCJE que foi reestruturado e passou a ser administrado pela decania. “O então reitor Aloísio Teixeira realocou os professores do NEI na decania do CCJE assim que assumi o mandato. Conseguimos, com a ajuda das unidades, manter o curso de Defesa coordenado de uma maneira colegiada. Alguns professores do antigo NEI resistiram a esse processo; também houve resistência em algumas comissões do Consuni, mas conseguimos passar por essa fase”.

A ex-decana está satisfeita com os resultados dos cursos multiunidades. “Os dois primeiros receberam nota quatro do MEC e o DGEI recebeu cinco, que é a nota máxima.

Os alunos são muito bons. A procura vem aumentando ano a ano, mostrando que o curso está num bom caminho”. Ela informou que serão realizados novos concursos de professor efetivo para “suprir as necessidades do curso”, mas não definiu datas.

O GPDES funciona nas dependências do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur). O curso de Relações Internacionais funciona na Praia Vermelha. “Conseguimos um caminho de conciliação e de continuidade dos cursos. É um número muito grande de alunos que fizeram parte do processo de expansão com o Reuni. Não dar continuidade a esses cursos afetaria muitos estudantes”. Ainda com relação aos novos cursos advindos do Reuni, a professora citou os noturnos de Biblioteconomia, Economia e Contabilidade como “importantes” por “ampliar o acesso dos jovens à universidade”.

#### Integração entre unidades

Perguntada sobre como administrar cursos com perfis e áreas tão diferenciados no mesmo Centro, a professora disse que as unidades reconheceram a necessidade de se articularem por conta dos cursos multiunidades. Além disso, foram criadas algumas iniciativas de aproximação das unidades, como o

#### Agora aposentada, ela continuará colaborando na pós-graduação da Economia

“CEPGuinho” (instância média de deliberações, criada em unidades que possuem muitos programas de pós-graduação). No caso do CCJE, a instância foi criada no âmbito da decania, integrando todos os programas de pós-graduação e pesquisa de todas as unidades. “Isto foi um passo importante para a interlocução entre as unidades, de troca de ideias, de experiências, de enfrentamento conjunto de problemas surgidos. Esse foi um espaço que conseguimos ativar e que gerou grandes ganhos para o Centro”.

A ex-decana citou ainda as Jornadas de Iniciação Científica como outro importante ponto de integração entre as unidades, já que a coordenação de cada JIC era definida em reunião e em esquema de revezamento, de modo que todas as unidades tivessem maior participação. “Antes, a PR-2 designava um coordenador da JIC sem

consulta às unidades. A gente reverteu esse processo e o ganho foi muito grande para o Centro e para todas as unidades. Recentemente, a PR-2 retomou a prática original sem consulta às unidades. Foi um retrocesso”.

#### Pesquisa e Extensão

No caso da Pesquisa, alguns grupos, de acordo com a ex-decana, possuem apoio da decania do CCJE. Apesar de pertencerem às unidades, contam com a infraestrutura do Centro. “Apoiamos em termos de canalização de recursos, em termos de equipamentos, de manutenção das estruturas físicas”. Um primeiro passo, relacionado à Extensão, foi a decania do CCJE designar um representante junto à Pró-reitoria de Extensão (PR-5), para levar as ideias do Centro e trazer as informações e orientações da PR-5. Outra iniciativa foi o estímulo a projetos de Extensão que juntassem mais de uma Unidade. “Buscamos tirar do papel a resolução do CEG que estabelece um percentual da carga horária do curso para atividades de Extensão”.

#### Participação no Conselho Universitário

“Eu considerava muito maçante o Consuni. As pessoas falam muito, muitas

vezes se repetem. Mas, ao longo de minha participação, entendi a importância daquele espaço para a UFRJ. Em muitos momentos, o conselho teve papel fundamental para reafirmação dos princípios da UFRJ, como quando o professor Geraldo Nunes foi demitido (pela Controladoria-Geral da União, em dezembro de 2012, à revelia da universidade, por supostas irregularidades à frente do setor que comandava, de Convênios e Relações Internacionais). Ele era um professor aqui do CCJE. O Consuni foi uma instância importante de solidariedade ao professor Geraldo, mas também de pressão junto à Presidência da República. Aliás, isto não está esgotado, ainda está na ordem do dia a demissão sumária do professor”.

#### Planos futuros

A professora está aposentada da UFRJ, mas pretende continuar na ativa como colaboradora voluntária da pós-graduação no Instituto de Economia. “Tenho participação em alguns projetos de pesquisa, alguns interdisciplinares, inclusive. Menos responsabilidades, mas o trabalho ainda vai continuar”. Ela permanece orientando estudantes de mestrado e doutorado.

## PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

DPA / Michael Kappeler - 25/01/2015

# Grécia rebelde

A vitória do partido de esquerda Syriza, liderado por Alexis Tsipras (foto), que há duas semanas assumiu o governo na Grécia, é a primeira alternativa popular ao neoliberalismo nas últimas décadas na Europa. A política de austeridade, que empurra os trabalhadores europeus (especialmente dos países pobres) ao desemprego e à miséria, administrada pela chamada troika\*, deixa de existir na Grécia. Veja, aqui, as primeiras medidas do governo de Tsipras:

■ O governo propôs o aumento do **salário mínimo**. Hoje, ele está fixado em 580 euros para maiores de 25 anos, enquanto os jovens recebem apenas 490 euros. Depois de aprovada a nova lei, todos passarão a receber 751 euros.

■ Nos últimos anos, aumentou o número de gregos que deixaram de tomar medicação devido à falta de dinheiro. O novo governo anunciou que vai aumentar a participação estatal no

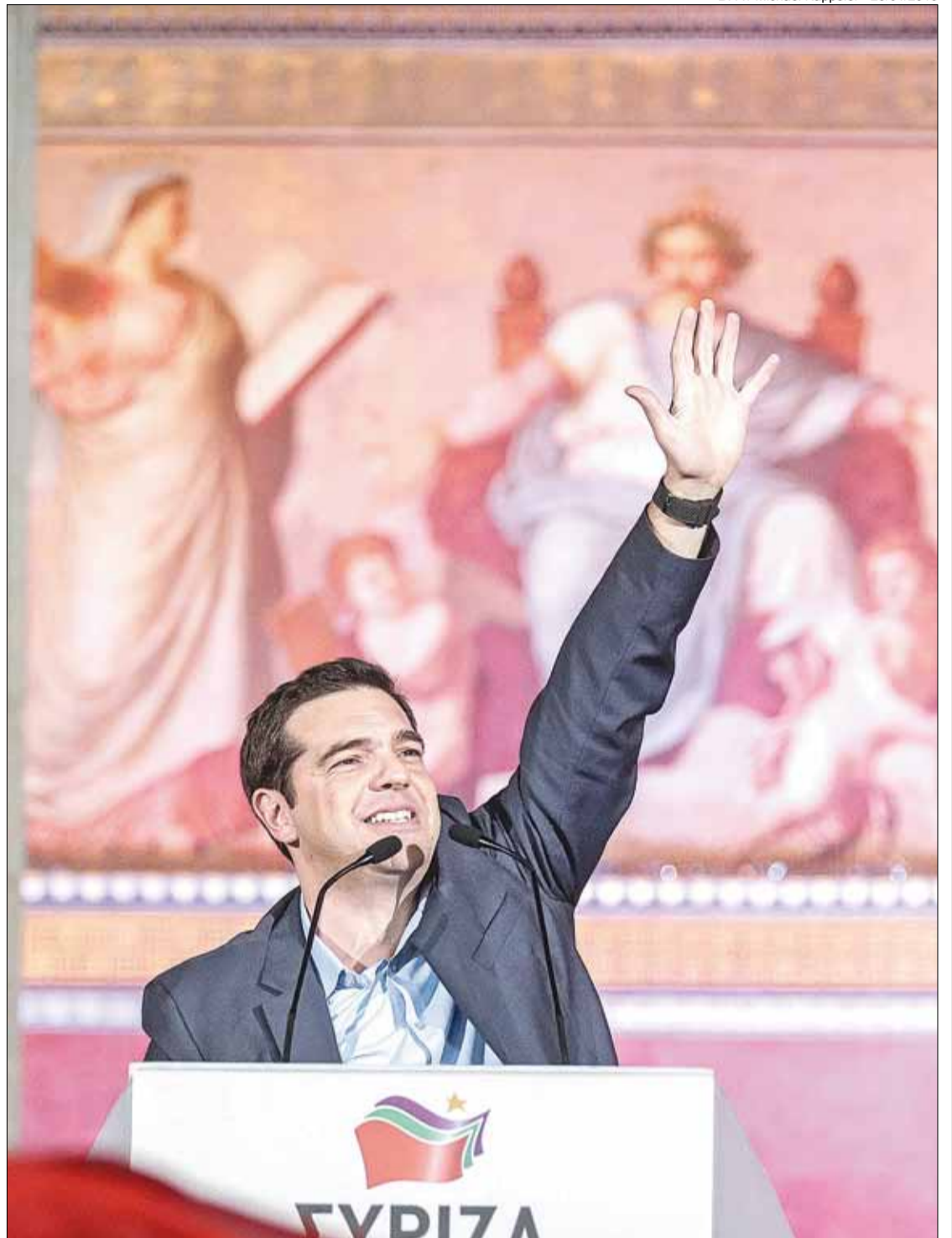
preço dos remédios e abolir **taxas de saúde**.

■ O **subsídio** de Natal antes pago a pensionistas que recebem menos de 700 euros, uma espécie de **décimo terceiro**, será restabelecido. O mesmo irá ocorrer com o subsídio de 360 euros por mês aos agricultores sem acesso a seguro.

■ O governo do Syriza considera **inconstitucional a demissão de 10 mil** funcionários públicos – uma exigência da troika que, de um dia para o outro, deixou sem trabalho grupos inteiros de professores, empregados de segurança ou limpeza. Agora, serão **recontratados**.

■ Foi desde já paralisada a **privatização** de 67% do Porto de Pireu e da empresa pública de eletricidade. O governo diz que fará o mesmo com todos os ativos do setor energético.

\* Formada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, representantes do grande capital.



AFP / Pedro Armestre - 31/01/2015

## Espanha, a próxima?

Um imenso mar humano povoou as ruas de Madri (foto) no último sábado. Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se, atendendo a um chamado do partido-movimento Podemos, criado há menos de um ano. Esperançosas após a vitória eleitoral do Syriza, na Grécia, elas sinalizaram que a Europa vai continuar tremendo, nos próximos meses. Que já não será fácil manter “ajustes fiscais” e “austeridade”, na Europa, que cortam direitos e mantêm as rendas financeiras (Carta Maior).



VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



## PRIVATIZAÇÃO

# Mais dois ataques à Saúde Pública

Clarice Castro - 13/09/2011

## Liberação para o capital estrangeiro atuar no setor virou lei

Sem muito alarde, o governo e o Congresso continuam seus ataques à Saúde pública. Um dos mais recentes aconteceu em 19 de janeiro, quando a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei nº 13.097. Segundo o texto, originado de conversão da Medida Provisória nº 656/2014, agora é permitido a empresas e capitais estrangeiros instalar, operar ou explorar hospitais (inclusive filantrópicos) e clínicas. Também poderão entrar em ações e pesquisas de planejamento familiar, e serviços de saúde exclusivos para atendimento de funcionários de empresas.

A presença do capital externo já existia em outras áreas da saúde, a exemplo dos planos e seguros de saúde, e de farmácias. A emenda alterou a Lei Orgânica da Saúde (8.080/90), que originalmente proibía os investimentos estrangeiros no setor.

Os movimentos sociais da saúde lutam há anos, por um SUS 100% estatal, livre de toda e qualquer forma de privatização, porque sabem que a interferência do mercado inviabiliza a saúde como um direito universal.

## Subfinanciamento pode se agravar

Para o enfrentamento do subfinanciamento da saúde, os movimentos organizados do setor apresentam como principal proposta a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), deliberação da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Além de outras propostas mais amplas, tais como o fim dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde. Mas, ao contrário destas propostas, está sendo priorizada no Congresso Nacional (em tramitação para votação em segundo turno, na Câmara dos Deputados) a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 358, conhecida como a PEC do Orçamento Impositivo (emendas parlamentares). E aí reside o segundo ataque à Saúde Pública nacional.

Nessa PEC foi incluída uma



Movimentos sociais vão continuar lutando por um Sistema Único de Saúde 100% estatal

nova base de aplicação do governo federal na saúde (arts 2º e 3º) a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), inclusive sendo executada de forma escalonada em cinco anos, isto é, 13,7% dessa RCL, para o primeiro exercício financeiro

subsequente ao da promulgação desta PEC, até alcançar 15% da mesma, no quinto exercício financeiro, respectivamente. Isto resultaria um acumulado de recursos, nesses cinco anos, de apenas R\$ 64,2 bilhões, enquanto que 10% do PIB corres-

ponderiam a aproximadamente R\$ 400 bilhões, somente para o primeiro exercício financeiro.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (<http://www.contraprivatizacao.com.br>) está em campanha contra a PEC.

## Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos presidentes dos diversos mandatos da Adufrj.\*

**TV ADUFRJ**

apresenta

**Série**  
**DEPOIMENTOS**  
35 anos de história



Neste mês de **fevereiro**, os próximos depoimentos da série serão exibidos nesta **terça, dia 10**, e nos **dias 24 e 27**.

**Acesse** o site da **Adufrj** ou veja os vídeos no nosso Canal no **Youtube** e nos perfis nas redes sociais.

\*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes